

PARECER INDEPENDENTE SIMPLIFICADO

sobre a primeira e segunda emissões de títulos verdes em 2024 da Neoenergia EKT 9¹

Valor total: R\$ 2.100.000.000,00

1ª emissão: R\$ 1.100.000.000,00; 2ª emissão: R\$ 1.000.000.000,00

Data de vencimento: 14 anos

Alinhamento com ODS



Enquadramento em categorias GBP/GLP

- Energia Renovável

Enquadramento na Taxonomia da CBI

- Transmissão, distribuição e armazenamento de energia

| GBP/GLP | Nível de alinhamento com as melhores práticas | Destaques | Lacunas para liderança |
|------------------------------------|---|--|--|
| 1. Uso de recursos | Confortável | <ul style="list-style-type: none"> ✓ 100% dos recursos serão destinados para financiar ou reembolsar CAPEX de instalações de transmissão ligadas ao Sistema Interligado Nacional (SIN); ✓ 76,2% dos recursos da operação serão direcionados para gastos futuros de obras ainda não finalizadas; ✓ Os recursos destinados a reembolso serão direcionados a gastos efetuados em até 24 meses da data da emissão, relativos a obras ainda não finalizadas; ✓ Alocação completa dos recursos prevista para ocorrer até junho de 2025, portanto dentro de um prazo inferior a 24 meses; ✓ Uso de recursos alinhado com <i>Green Bond Principles</i>, Taxonomia da EU e <i>Climate Bonds Initiative</i>. | <ul style="list-style-type: none"> ✗ Os recursos não são direcionados para linhas de transmissão dedicadas exclusivamente ao escoamento de energia limpa². |
| 2. Seleção e avaliação de projetos | Satisfatório | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Uso de recursos alinhado com a estratégia da Neoenergia; ✓ Infraestruturas conectadas ao SIN, que tem fator de emissões em trajetória de redução e abaixo de 100 gCO₂e/kWh na média dos últimos 5 anos; ✓ Sistema de Gestão Ambiental e políticas ambientais implementadas para gerir adequadamente os impactos negativos de sua operação; ✓ Os projetos não interceptam Unidades de Conservação; ✓ Os projetos não interferem em comunidades tradicionais ou assentamentos; ✓ Projetos vinculados ao <i>Green Finance Framework</i> da Neoenergia; ✓ 79% das geradoras utilizando as linhas da Neoenergia são considerados usuários verdes (2023). | <ul style="list-style-type: none"> ✗ O projeto não está alinhado ao critério de adaptação e resiliência da CBI; ✗ Embora a conversão de vegetação seja permitida conforme a Resolução CONAMA nº 369 e que a Neoenergia esteja implementando ações para mitigar os possíveis impactos, os projetos elegíveis interceptam Áreas de Preservação Permanente e Reservas Legais, além de Áreas Prioritárias para Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios para a Biodiversidade Brasileira (APCB); |
| 3. Gestão de recursos | Confortável | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Valor da emissão inferior ao custo total dos projetos elegíveis; ✓ Os projetos elegíveis não foram alvo de outras emissões temáticas; ✓ Alocação temporária de recursos em ativos com baixo risco de contaminação; ✓ Cláusula de vencimento antecipado caso os recursos sejam destinados a atividades relativas ao projeto para as quais não existam licenças ambientais aplicáveis, válidas e vigentes, se assim exigido, na forma da Legislação Ambiental . | <ul style="list-style-type: none"> ✗ Recursos não são segregados em conta específica para alocação nos projetos. |

¹ 1ª (primeira) e 2ª (segunda) emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, sob rito de registro automático, da EKT 9 Serviços De Transmissão De Energia Elétrica SPE S.A.

² Vale ressaltar que a gestão sobre o tema não é da companhia, e sim do setor através de leilões regulados.

4. Relato



- ✓ Relato de indicadores financeiros e de impacto socioambiental ocorrerá anualmente até a alocação total dos recursos nos projetos;
- ✓ Indicadores financeiros e de impacto socioambiental serão verificados por terceira parte;
- ✓ Verificação anual dos títulos verdes lastreados no *Green Finance Framework* da Neoenergia enquanto as operações estiverem ativas;
- ✓ SPO será disponibilizado ao público.

Gestão socioambiental dos ativos elegíveis da empresa

Destaques:

- ✓ Todas as estruturas do projeto possuem licenças ambientais válidas que permitem sua instalação ou se encontram em processo de licenciamento;
- ✓ A Neoenergia monitora o cumprimento das condicionantes de cada licença;
- ✓ A empresa irá estabelecer um Plano de Compensação pela Conversão de Vegetação Nativa e Espécies Protegida que busca mitigar impactos em Reservas Legais e APPs;

Sobre a ERM NINT

A ERM NINT (Natural Intelligence) é a maior prática de consultoria e pesquisa ASG na América Latina. Com uma equipe de +100 colaboradores e presença local no Brasil e América Latina, somos uma das 5 melhores casas de pesquisa socioambiental para investidores de acordo com o *Extel Independent Research in Responsible Investment - IRR* 2019. Fomos a primeira organização latino-americana a avaliar as credenciais verdes de títulos de dívida e trabalhamos na avaliação externa de mais de 200 operações de dívida ESG. Desde 2020 estamos entre os 10 maiores provedores globais de segunda opinião para títulos sustentáveis, conforme a *Environmental Finance*. Em 2023, a ERM NINT passou a integrar o Grupo ERM.

SUMÁRIO

| | | |
|----|--|----|
| 1. | Escopo de trabalho | 4 |
| 2. | Opinião | 7 |
| 3. | Análise socioambiental dos projetos..... | 21 |
| 4. | Método..... | 28 |

1. Escopo de trabalho

O objetivo deste Parecer Independente Simplificado é prover uma opinião sobre o enquadramento como Título Verde (“*Green Bond*”) da 1ª (primeira) e da 2ª (segunda) emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, sob o rito de registro automático, da EKT 9 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. (“EKT 9”), que está constituída como Sociedade Anônima controlada pela Neoenergia S.A. (“Neoenergia” ou “Empresa”), a qual, por sua vez, tem como controladora a Iberdrola Energia, empresa espanhola do setor de energia. As operações são consideradas o espelho uma da outra, portanto possuem a mesma escritura, sendo avaliadas em apenas um parecer de segunda opinião.

As presentes operações são a vigésima sexta e vigésima sétima baseadas no *Green Finance Framework* (GFF) da Neoenergia, que teve sua primeira versão publicada em dezembro de 2020 e a segunda em dezembro de 2022. As operações da Neoenergia embasadas no GFF foram realizadas por outras distribuidoras e transmissoras do Grupo Neoenergia. A primeira versão do GFF da Neoenergia contou com Parecer de Segunda Opinião elaborado pela ERM NINT (ainda sob a marca SITAWI), em 16 de dezembro de 2020. A segunda versão do GFF da Neoenergia, de 2022, também foi avaliada pela ERM NINT, em 16 de dezembro de 2022. Os documentos mencionados estão disponíveis publicamente na seção Dívidas Verdes³ do *website* do Grupo Neoenergia.

O uso de recursos das emissões avaliadas está enquadrado na categoria de ‘Transmissão de Energia’ pré-definida no GFF da Neoenergia, que está alinhado aos *Green Bond Principles* (GBP), *Green Loan Principles* (GLP), Taxonomia de Finanças Sustentáveis da União Europeia⁴, e boas práticas para emissão de títulos verdes e captação de empréstimos verdes, como descrito no Parecer de Segunda Opinião que avalia o GFF.

Os recursos captados serão destinados, considerando a época da concretização da emissão, no ano de 2024, para reembolso e gastos futuros do CAPEX associado a infraestrutura de transmissão de energia. A emissão possibilitará a ampliação da transmissão de energia de fontes de baixo carbono, bem como a melhoria da infraestrutura da rede de transmissão nos estados de Minas Gerais e São Paulo.

A ERM NINT utilizou uma versão simplificada de seu método proprietário de avaliação - que está alinhado com os *Green Bond Principles* (GBP)⁵, a *Climate Bonds Taxonomy*⁶ da *Climate Bonds Initiative*, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU)⁷, o Guia para Ofertas de Títulos ESG⁸ da Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais), o Guia de Dívida Sustentável no Brasil⁹ e outros padrões de sustentabilidade reconhecidos internacionalmente para analisar a emissão, a fim de confirmar seu enquadramento na categoria pré-definida do *Green Finance Framework* do Grupo Neoenergia.

³ <https://ri.neoenergia.com/sustentabilidade/documentos-dividas-verdes/>

⁴ Sustainable finance: TEG final report on the EU taxonomy | Knowledge for policy (europa.eu)

⁵ <https://www.icmagroup.org/assets/documents/Sustainable-finance/2021-updates/Green-Bond-Principles-June-2021-100621.pdf>

⁶ <https://www.climatebonds.net/standard/taxonomy>

⁷ <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>

⁸ <https://esg.ERM.NINTgroup.com/guia-para-ofertas-de-titulos-esg-anbima>

⁹ <https://esg.ERM.NINTgroup.com/guia-divida-sustentavel-no-brasil-2023>

A opinião da ERM NINT é baseada em:

- Características das debêntures, conforme a escritura do instrumento¹⁰;
- Compromissos e documentos preliminares fornecidos pela Neoenergia, em especial o *Green Finance Framework* do Grupo Neoenergia;
- Pesquisa de controvérsias.

A análise utilizou informações e documentos fornecidos pelo Grupo Neoenergia, alguns de caráter confidencial, pesquisa de mesa e entrevistas com equipes responsáveis pela emissão de debêntures, pelos projetos e pela gestão empresarial, realizadas remotamente. Esse processo foi realizado entre março e maio de 2024.

O processo de avaliação consistiu em:

- Planejamento da avaliação;
- Realização da avaliação, incluindo a preparação do cliente, obtenção de evidências e avaliação;
- Elaboração da conclusão da avaliação;
- Preparação do relatório da avaliação.

A ERM NINT teve acesso a parte dos documentos e todas as pessoas solicitadas, podendo assim prover uma opinião com nível limitado¹¹ de asseguração em relação a completude, precisão e confiabilidade, visto que não pudemos avaliar a versão final da escritura.

O processo de avaliação foi realizado de acordo com princípios gerais relevantes e padrões profissionais de auditoria independente, e em linha com a Norma Internacional sobre Compromissos de Avaliação que não sejam auditorias ou revisões de informações financeiras históricas (ISAE 3000), Norma Internacional em Controle de Qualidade (ISQC 1, 2009) e Código de Ética para Contadores Profissionais do *International Ethic Standards Board for Accountants* (IESBA, 2019).

O Grupo Neoenergia pretende obter a classificação de Título Verde, em linha com o Guia de Dívida Sustentável no Brasil (2023) (Febraban)¹² e os *Green Bond Principles*, versão de junho de 2021. Essa classificação será confirmada anualmente até o vencimento da operação, por meio de Relatórios de Verificação a serem elaborados pela ERM NINT, a fim de acompanhar as operações verdes ativas do Grupo Neoenergia com base em seu *Green Finance Framework*.

¹⁰ A ERM NINT teve acesso à versão preliminar da escritura, sem assinaturas, recebida em 15/04/2024.

¹¹ Veja explicação na seção [Método](#).

¹² <https://esg.nintgroup.com/guia-divida-sustentavel-no-brasil-2023>

Declaração de responsabilidade

A ERM NINT (*Natural Intelligence*) não é acionista, investida, cliente ou fornecedora do Grupo Neoenergia ou de suas subsidiárias. A ERM NINT foi responsável pela elaboração dos pareceres independentes sobre emissões anteriores de título/empréstimos verdes do Grupo Neoenergia. A ERM NINT também conduziu projetos de estratégia ASG para subsidiárias do Grupo (todos esses projetos quando ainda atuava sob o Programa de Finanças Sustentáveis da SITAWI Finanças do Bem).

Para mitigar o potencial conflito de interesse e garantir objetividade e isenção, os profissionais responsáveis por este Parecer não se envolveram nos projetos de estratégia ASG das subsidiárias e vice-versa. Ademais, os projetos de estratégia ASG não envolvem o desenvolvimento de critérios, *frameworks* ou abordagens de captação de recursos verdes. Dessa forma, a ERM NINT declara estar apta a emitir um Parecer de Segunda Opinião alinhado aos *Green Bond Principles* e aos *Green Loan Principles*.

As análises contidas nesse parecer são baseadas em uma série de documentos, parte destes confidenciais, fornecidos pela Emissora. Não podemos atestar pela completude, exatidão ou até mesmo veracidade destes. Portanto, a ERM NINT¹³ não se responsabiliza pelo uso das informações contidas nesse parecer.

ISSO NÃO É UMA RECOMENDAÇÃO

Frisamos que todas as avaliações e opiniões indicadas nesse relatório não constituem uma recomendação de investimento e não devem ser consideradas para atestar a rentabilidade ou liquidez dos papéis.

¹³ A responsável final por este parecer de segunda opinião (*second-party opinion*) é a ERM NINT - Natural Intelligence LTDA, uma empresa do Grupo ERM.

2. Opinião


Com base nos procedimentos de avaliação conduzidos e evidências obtidas, nada chegou ao nosso conhecimento que nos faça acreditar que, em todos os aspectos materiais analisados, a 1ª e a 2ª emissões de debêntures simples da EKTT 9 não estejam de acordo com os *Green Bond Principles* e boas práticas de mercado para captação de títulos verdes. Ademais, avaliamos que as operações também estão alinhadas ao *Green Finance Framework* do Grupo Neoenergia.

A ERM NINT utilizou seu método proprietário de avaliação, baseado no atendimento aos princípios do *Green Bond Principles* (GBP). Os GBP são diretrizes que auxiliam o mercado a compreender os pontos chave de um produto financeiro e como ele se caracteriza como verde. Mais detalhes sobre esses princípios podem ser encontrados na seção “[Método](#)”.

A aderência aos GBP, embora seja um processo voluntário, sinaliza aos investidores e outros agentes de mercado que o investimento segue padrões adequados de desempenho em sustentabilidade e transparência.

A seguir, consta a análise do alinhamento do Título Verde aos quatro componentes dos GBP.

Quadro 1 - Análise do primeiro e segundo títulos verdes da Neoenergia EKTT 9

| GBP e Classificação | Resumo das práticas e opinião ERM NINT |
|--|---|
| <p data-bbox="284 1375 408 1442">Uso de Recursos</p>  <p data-bbox="284 1541 408 1563">Confortável</p> | <p data-bbox="480 1229 1355 1413">Descrição do projeto e categorias financiadas: Os recursos captados pela Neoenergia EKTT 9 por meio das operações espelho, no valor total de R\$ 2.100.000.000,00, serão destinados exclusivamente ao CAPEX de instalações de transmissão ligadas ao Sistema Interligado Nacional (SIN), objeto do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 07/2022 - ANEEL.</p> <p data-bbox="480 1447 1355 1570">Estima-se que 23,8% (R\$ 500.000.000,00) dos recursos líquidos captados serão destinados para reembolso de gastos realizados entre abril de 2022 e abril de 2024 e 76,2% (R\$ 1.600.000.000,00) serão destinados a gastos futuros, a serem alocados até junho de 2025.</p> <p data-bbox="480 1603 1355 1749">Os prazos estão em conformidade com as definições do <i>Green Finance Framework</i>¹⁴, no qual a alocação total de recursos foi definida para ocorrer em até 36 meses depois das operações financeiras verdes realizadas ou, no caso de reembolsos, em até 24 meses anteriores à data de contratação da dívida.</p> <p data-bbox="480 1783 1355 1872">As instalações de transmissão possuem uma extensão total de 1.091 km e interceptam os estados de Minas Gerais e São Paulo. Os projetos são detalhados na Tabela 1 a seguir.</p> |

¹⁴ <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/2aec7c3f-0df1-4df1-967a-66ab1030fc14/61aafae9-05af-e905-3dda-b3a9e8d3622d?origin=1>

Tabela 1 - Instalações de transmissão financiadas pelo empréstimo

Linhas de Transmissão (LTs) de 500 kV

- LT 500 kV Arinos 2 - Paracatu 4 C1 e C2, simples, com 205 km;
- LT 500 kV Paracatu 4 - Nova Ponte 3 C1 e C2, simples, com 267 km;
- LT 500 kV Nova Ponte 3 - Araraquara 2 C1 e C2, simples, com 297 km;

Linhas de Transmissão de 440 kV

- LT 440 kV Araraquara 2 - Araraquara, C3, simples com 12 km.

Subestação

- SE 500 kV Nova Ponte 3;
- Ampliação das SE Araraquara e Araraquara 2

Demais instalações

- Unidades de transformação, conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramento, equipamentos de compensação de reativos e conexões, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Fonte: Neoenergia

As linhas de transmissão ainda estão em fase de implantação. A companhia apresentou o Certificado N° 458 de Licenciamento Ambiental Concomitante (LAC), que abrange as três fases do Licenciamento Ambiental, a Licença Prévia, a Licença de Instalação e a Licença de Operação, relativo aos trechos Arinos 2 - Paracatu 4, Paracatu 4 - Nova Ponte 3 e Araraquara 2 - Araraquara. O trecho Nova Ponte 3 - Araraquara 2 ainda se encontra em fase de obtenção da licença. De acordo com a Neoenergia, a previsão da entrada total da operação comercial é junho de 2025.

Descrição dos benefícios ambientais e enquadramento do uso de recurso com standards de sustentabilidade: As linhas de transmissão no Brasil contribuem para o escoamento e transmissão de energia renovável no SIN, de modo que se enquadra como categoria elegível a receber recursos de títulos verdes.

Diversos padrões nacionais e internacionais reconhecem que a transmissão de energia renovável é uma categoria elegível à emissão de títulos verdes:

O uso de recursos está alinhado com a categoria de 'energia renovável' dos **GBP** e **GLP**. Ainda, essa categoria é considerada pelo **Green Project Mapping**¹⁵, da *International Market Capital Association* (ICMA), como primária para mitigação das mudanças climáticas e terciária para a conservação de recursos naturais e para a prevenção e controle de poluição.

A **Taxonomia da Climate Bonds Initiative (CBI)**¹⁶ determina que projetos de transmissão de energia são compatíveis com a trajetória de

¹⁵ <https://www.icmagroup.org/assets/documents/Sustainable-finance/2021-updates/Green-Project-Mapping-June-2021-100621.pdf>

¹⁶ <https://www.climatebonds.net/standard/electrical-grids-and-storage>

descarbonização para manter o aquecimento global abaixo dos 1,5° C, definida na COP21, mediante atendimento ao indicador de que a infraestrutura suporta a integração de fontes renováveis ou sistemas de eficiência energética e seu balanceamento de carga.

Assim, considera elegível à emissão de Títulos Climáticos projetos ou ativos cujos recursos sejam destinados à construção, atualização e operação de infraestrutura do sistema de transmissão e distribuição de energia, que transporta eletricidade em uma variedade de tensões em sistemas interconectados ou sistemas de distribuição. A infraestrutura pode incluir: linhas aéreas (condutores e isoladores), torres e postes, transformadores, reatores e subestações, cabos subterrâneos, disjuntores e quadro de distribuição.

A publicação “Não Perca Esse Bond”¹⁷ enquadra projetos de transmissão de energia elétrica como capazes de gerar reduções em emissões de até 20% ao longo do seu ciclo de vida, dado que a infraestrutura de transmissão é fundamental para dar estabilidade ao sistema elétrico brasileiro, que conta com grande participação de energias renováveis que são, por natureza, intermitentes e interdependes. A publicação também indica que o aumento da participação de energia renovável no SIN deve ser acompanhado pela ampliação de sistemas de transmissão para redução de perdas e congestionamentos, bem como para garantia de escoamento e segurança energética. Assim, considera-se que a infraestrutura de transmissão é um elemento importante para garantir que as energias renováveis alcancem de maneira segura os usuários.

A Taxonomia de Finanças Sustentáveis da União Europeia^{18,19} considera que a construção e operação de sistemas de transmissão que transportam energia elétrica em sistemas interligados possuem potencial de apoiar a integração de energia renovável na rede elétrica. Ainda, permitem a eletrificação de processos e desenvolvimento paralelo de capacidade de geração de energia de baixo carbono, contribuindo para possibilitar a transição do fornecimento de energia intensiva em carbono para o fornecimento de energia de baixo carbono. Ademais, são ativos com potencial de incentivar tecnologias de gerenciamento de rede que integrem a geração de baixa emissão de carbono e economia de energia do lado da demanda, e podem contribuir para a diminuição das emissões diretas da infraestrutura de transmissão e distribuição.

Assim, essa taxonomia considera que investimentos em transmissão de energia geram contribuições substanciais para a mitigação das mudanças climáticas, tanto por performance própria quanto por ser uma atividade habilitadora. Ainda, considera que a atividade tem contribuições substanciais para adaptação às mudanças climáticas.

Vale ressaltar que tanto a Taxonomia de Finanças Sustentáveis da União Europeia quanto a *Climate Bonds Initiative* consideram como sustentáveis atividades econômicas ou projetos de transmissão que são inseridos num sistema que possui emissões abaixo de 100 gCO₂/kWh, considerando a média dos últimos 5 anos.

¹⁷ <https://esg.nintgroup.com/nao-perca-esse-bond>

¹⁸ https://finance.ec.europa.eu/system/files/2020-03/200309-sustainable-finance-teg-final-report-taxonomy_en.pdf

¹⁹ <https://ec.europa.eu/sustainable-finance-taxonomy/activities/activity/295/view>

Destaca-se que, pela característica do SIN, não é possível garantir que as linhas de transmissão financiadas transmitirão apenas energia renovável. Segundo dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS)²⁰, em fevereiro de 2024, a capacidade total instalada no SIN originada de fontes não renováveis (carvão, gás natural, derivados de petróleo e nuclear) era de 11,8%.

Para respaldar a tese de que os sistemas de transmissão darão suporte ao escoamento de energia renovável e o benefício de mitigação de mudança do clima associado, alguns argumentos são listados abaixo:

- Fontes de energia renovável não convencionais, tais como fotovoltaica e eólica, são, por sua natureza física, intermitentes. Por esta razão, possuem alta interdependência entre si e com fontes não intermitentes (geralmente convencionais). Neste sentido, a expansão da matriz elétrica renovável do Brasil depende da melhoria na infraestrutura de transmissão de energia para permitir o escoamento de energia renovável não convencional e garantir segurança energética com o crescimento dessas fontes. Esse aspecto é ratificado pelo estudo “Transição da indústria de energia, aqui e agora” (*Power-Industry Transition, Here and Now*) do Instituto de Análise Econômica e Financeira de Energia (*Institute for Energy Economics and Financial Analysis - IEEFA*), que realiza um estudo de caso sobre o tema e destaca que países e regiões que possuem em sua matriz elétrica um volume significativo de energia eólica e solar, necessitam que um sistema de transmissão robusto para reduzir o risco de interrupções ou problemas similares. Ainda, o estudo destaca que o investimento em infraestrutura de transmissão é fundamental para reduzir perdas e congestionamentos²¹;
- O *International Development Finance Club - IDFC*, associação formada pelos principais bancos de desenvolvimento do mundo, reconhece linhas de transmissão para energia renovável como investimentos elegíveis dentro de seus *Common Principles for Climate Mitigation Finance Tracking*²²;
- Conforme aponta o Plano Decenal de Energia de 2031²³ e os Estudos do Plano Decenal de Expansão de Energia 2032²⁴, está prevista uma expressiva expansão de geração renovável para se concretizar nas regiões Norte e Nordeste nos próximos anos. Ressalta-se que o aumento da inserção de renováveis na matriz energética traz desafios para o planejamento do sistema de transmissão, tendo em vista a diferença de prazos entre de construção de usinas renováveis de menor porte (até 3 anos) e de linhas de transmissão (cerca de 5 anos), o que dificulta a adequada coordenação da expansão dos sistemas de geração e transmissão. Nesse sentido, “o planejamento da expansão da transmissão possui um papel de destaque no processo de transição energética ao viabilizar a integração dos potenciais de geração renovável nas mais diversas regiões do país.”.

²⁰ Conforme definido em seu website, o ONS é o órgão responsável pela coordenação e controle da operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional (SIN) e pelo planejamento da operação dos sistemas isolados do país, sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Disponível em: <http://www.ons.org.br/paginas/sobre-o-sin/o-sistema-em-numeros>

²¹ http://ieefa.org/wp-content/uploads/2018/02/Power-Industry-Transition-Here-and-Now_February-2018.pdf

²² <https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/65d37952-434e-40c1-a9df-c7bdd8ffcd39/MDB-IDFC+Common-principles-for-climate-mitigation-finance-tracking.pdf?MOD=AJPERES>



²³ https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/Documents/PDE%202031_Revisao-PosCP_rvFinal_v2.pdf

²⁴ <https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-689/topico-640/Caderno%20de%20Transmiss%C3%A3o%20de%20Energia%20-%20PDE%202032.pdf>

- De acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), as fontes de geração de energia eólica e solar fotovoltaica têm se mostrado economicamente mais competitivas frente às outras fontes que estão se expandindo na matriz energética brasileira. Ainda, o Plano Decenal de Expansão de Energia - 2031 prevê que as fontes eólicas e solares, juntas, gerarão cerca de 182,3 TWh em 2031, correspondendo a 19,3% do total de eletricidade a ser gerado em 2031. Ressalta-se que esse valor representa um aumento de 119% em relação a quantidade de eletricidade gerada por fontes eólica e solar em 2021. Em comparação, prevê-se que o aumento total de eletricidade gerada será de 40% no mesmo período²⁵.
- Os investimentos serão realizados em linhas de transmissão que integram ou integrarão o SIN, um dos maiores sistemas de geração e transmissão de energia do mundo e composto majoritariamente por fontes com baixa emissão de carbono (hidrelétricas). Em 2023, o SIN teve um fator médio de emissão de 42 kgCO₂eq/MWh²⁶ contra 839,8 kgCO₂eq/MWh no mesmo ano²⁷ dos sistemas isolados no Brasil, cuja eletricidade é gerada majoritariamente por óleo diesel. O melhor aproveitamento do potencial de energia limpa do SIN depende da eficiência e qualidade da infraestrutura de transmissão.
- Fontes renováveis não convencionais tendem a ser menos *utility-scale* e mais distribuídas. Neste sentido, a expansão do sistema de transmissão é importante para permitir a integração de fontes mais distribuídas e intermitentes no sistema.

Alinhamento com a agenda 2030: Além do alinhamento com as taxonomias mencionadas, os projetos também estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), que definem as prioridades globais de desenvolvimento sustentável para 2030. Mais especificamente aos ODS 7 (“Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos”) e 13 (“Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos”).

Tabela 2 - ODS e metas aplicáveis

| ODS | Metas aplicáveis |
|---|--|
|  | <p>7.1. Até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia.</p> <p>7.b. Até 2030, expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento, particularmente nos países menos desenvolvidos, nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e nos países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus respectivos programas de apoio.</p> |
|  | <p>13.1. Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países.</p> |


Fonte: *Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - Nações Unidas.*

Nível de alinhamento com as melhores práticas no GBP1: Considerando o exposto acima, o nível de alinhamento da operação frente ao GBP 1 -

²⁵ https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/Documents/PDE%202031_Revisao-PosCP_rvFinal_v2.pdf (Tabela 11 - 3).

²⁶ <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/cgcl/paginas/fator-medio-inventarios-corporativos>

²⁷ <https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/anuario-estatistico-de-energia-eletrica> - Cálculo com base nas informações do Anuário Estatístico de Energia Elétrica 2023 (emissões de GEE provenientes da geração em sistemas isolados dividido pelo consumo de energia no sistema isolado em 2022).

| | |
|---|---|
| | <p>‘Uso de Recursos’ foi considerado como “Confortável”, uma vez que as linhas de transmissão não irão escoar, exclusivamente, energia renovável não convencional.</p> |
| <p>Processo para Seleção e Avaliação de Projetos</p>  | <p>Alinhamento do empréstimo com estratégias da Neoenergia: O objetivo da empresa com as debêntures é financiar a implantação das instalações de transmissão localizadas nos estados de Minas Gerais e São Paulo, visando ao reforço de atendimento e aumento de confiabilidade da rede.</p> <p>As operações estão alinhadas com o propósito do Grupo Neoenergia de construir de forma colaborativa um modelo de energia elétrica mais saudável e acessível. A redução do impacto ambiental das atividades desenvolvidas pelo Grupo, a competitividade dos produtos energéticos fornecidos, por meio da eficiência nos processos de distribuição e comercialização da energia, bem como a promoção do uso responsável da energia são alguns dos princípios da Gestão Sustentável²⁸ do Grupo.</p> <p>Como apresentado no Relatório de Sustentabilidade de 2023²⁹ do Grupo, a gestão do capital natural faz parte da estratégia de seu modelo de negócio, visando a criação de valor para todos seus stakeholders, e seguindo políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A forma de gestão desse capital considera ações de uso sustentável dos recursos naturais, luta contra as mudanças climáticas e conservação da biodiversidade.</p> <p>A Neoenergia possui Políticas de Meio Ambiente, Gestão Sustentável, Biodiversidade e Contra a Mudança Climática que estabelecem o alinhamento em torno de um modelo de energia elétrica mais saudável e acessível, com a promoção de tecnologias eficientes, sustentáveis e limpas. Em 2022 a companhia publicou seu “Compromisso ESG” com metas até 2030 nas três dimensões (ambiental, social e de governança).</p> <p>Benefícios ambientais esperados: O empreendimento em análise, que aumentará em extensão total das linhas de transmissão da Neoenergia, está ligado ao escoamento de energia limpa contribuindo para a expansão da geração de energia proveniente de fontes renováveis.</p> <p>O benefício ambiental gerado por projetos de transmissão de energia é principalmente associado a expansão do escoamento de energias renováveis não convencionais, como eólicas, solar, térmicas a biomassa e pequenas centrais hidrelétricas. Este benefício pode ser corroborado pelo “Indicador de prestação de serviço de transmissão a Usuários Verdes”. Os dados acerca dos Usuários Verdes são extraídos de relatórios de Aviso de Crédito (AVC) e analisados de forma a realizar o monitoramento dos seguintes indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Número de usuários do sistema que geram energia renovável não convencional (Usuários Verdes): mostra a quantidade de usuários que produzem energia renovável; |

²⁸ <https://www.neoenergia.com/pt-br/governanca-corporativa/sistema-de-governanca-corporativa/Documents/politicas-jul/2021.07.15-Politica-de-Gestao-Sustentavel.pdf>

²⁹ <https://www.neoenergia.com/documents/d/guest/relatorio-anual-de-sustentabilidade-2023-neoenergia>

- **Faturamento com transmissão de energia renovável não convencional (R\$):** demonstra a disponibilidade do sistema para transmitir energia gerada pelos Usuários Verdes;
- **Incremento do faturamento com novos usuários (%):** variável diretamente relacionada com a potência de transmissão de energia (montantes de uso do sistema de transmissão - MUST) disponibilizada para os novos Usuários Verdes.

Como o projeto EKT 9 ainda não está em operação, não é possível calcular o benefício ambiental associado através do indicador mencionado. No entanto, a tendência dos indicadores relacionados ao portfólio operacional da Neoenergia pode ser uma aproximação do benefício ambiental esperado do projeto. Entre 2020 e 2023, a média anual de Usuários Verdes das LTs do Grupo aumentou em 538, e ao Faturamento de Usuários Verdes aumentou em aproximadamente R\$ 33.487.007, conforme indicado na Tabela 3.

Tabela 3 - Linha de Base de Benefício Ambiental das LTs da Neoenergia

| Indicadores para cálculo do benefício ambiental | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 |
|---|--------------|--------------|---------------|---------------|
| Média anual de Usuários Verdes | 646 | 772,51 | 958 | 1.184,92 |
| Percentual de Usuários Verdes sobre o total de usuários das LTs (%) | 67,4% | 72,0% | 76,0% | 79,0% |
| Faturamento de Usuários Verdes (R\$) | 3.144.410,64 | 7.231.454,43 | 21.476.232,42 | 36.631.417,05 |
| Percentual de faturamento de Usuários Verdes sobre o total faturado pelas LTs (%) | 3,4% | 4,2% | 5,4% | 6,7% |

Fonte: Neoenergia

O avanço desses indicadores será reportado anualmente pela Neoenergia, até o vencimento da operação, de modo a demonstrar a relevância do benefício ambiental das linhas de transmissão contempladas no empreendimento por meio do aumento da participação de fontes renováveis não convencionais em relação a toda a energia transmitida.

Processo de seleção e avaliação dos projetos: A companhia possui um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) que transfere as políticas ambientais corporativas às diretrizes ambientais, alinhando-as com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O SGA inclui um procedimento de natureza qualitativa para análise de riscos ambientais ao longo do ciclo de vida, nas instalações do Grupo, existindo para cada fase dos empreendimentos ferramentas específicas para avaliar, mensurar e mitigar os impactos advindos das atividades, dentre eles as Avaliações de Impactos Ambientais, os Planos de Controle Ambiental e a Pegada Ambiental Corporativa.

Os projetos selecionados estão alinhados com o *Green Finance Framework* (GFF) da Neoenergia, bem como a Política de Ação

Climática³⁰ e com a Política de Governança³¹ do Grupo. A Diretoria Financeira da Neoenergia é responsável por identificar, junto às áreas de Negócios e de Sustentabilidade do Grupo, os pré-requisitos a serem observados para a seleção inicial do enquadramento dos projetos.

Conforme o GFF da Neoenergia, são elegíveis projetos de transmissão que se enquadram em pelo menos um dos critérios descritos a seguir:

- Projetos de linhas de transmissão e/ou ativos de transmissão do SIN (Sistema Interligado Nacional);
- Os projetos potencialmente elegíveis precisam ser recentes, com entrada em operação em até 24 meses antes da emissão, ou após a emissão;
- Quantidade de usuários verdes do projeto de transmissão (energia eólica, solar, PCHs e térmicas a biomassa);
- Projetos de linhas de transmissão e/ou ativos de transmissão que conectam sistemas isolados ao SIN;
- Projetos de infraestrutura relacionada (transformadores, subestações, reforços para aumento de capacidade de transmissão ou aumento da vida útil, e outros) da distribuição ou transmissão, quando conectados a linhas de transmissão que cumpram com os critérios de elegibilidade.

Além disso, são considerados os seguintes critérios de exclusão para enquadramento dos projetos:

- Projetos com conexão direta ou expansão de conexão direta existente entre uma usina geradora que emita mais que 100 gCO₂e/kWh (como termoeletricas a combustíveis fósseis e hidrelétricas com baixa densidade energética) e uma subestação ou a rede em si, exceto quando para a conexão de um sistema isolado ao SIN;
- Empreendimentos diretamente conectados ou que tenham como objetivos principais o escoamento de energia advinda de usinas geradoras, como por exemplo UHE Santo Antônio, UHE Jirau, UHE Belo Monte, UHE Sinop, UHE Balbina, UHE Cachoeira Caldeirão, Usina Nuclear de Angra dos Reis, ou outras cuja construção e/ou operação tenha envolvido controvérsias socioambientais severas, como reassentamento involuntário expressivo, danos ao meio ambiente, protesto de comunidades tradicionais, condenações por irregularidades e/ou acusações de corrupção e superfaturamento, etc.;
- OPEX.

Considerando os critérios de exclusão apresentados acima e dado que (i) a LT é conectada ao SIN, cujo fator de emissão possui uma média móvel dos últimos 5 anos abaixo do valor limite de 100 gCO₂e/kWh, conforme apresentado na Tabela 4; (ii) a LT EKTT 9 não está conectada a usinas geradoras cuja construção e/ou operação tenha envolvido controvérsias socioambientais severas; e (iii) os recursos obtidos através das operações serão utilizados para desenvolvimento

³⁰<https://www.neoenergia.com/pt-br/governanca-corporativa/sistema-de-governanca-corporativa/Paginas/politicas-meio-ambiente-mudanca-climatica.aspx>

³¹<https://www.neoenergia.com/pt-br/governanca-corporativa/sistema-de-governanca-corporativa/Paginas/politicas-governanca-corporativa.aspx>

e construção de linhas de transmissão, o projeto atende aos critérios de elegibilidade indicados no GFF da Neoenergia.

As áreas responsáveis pela seleção dos projetos (Departamento Financeiro, Negócios e Sustentabilidade) devem garantir que as operações verdes baseadas no Framework apresentem conformidade com o 'Uso de Recursos' do documento e critérios de elegibilidade definidos. Assim, projetos que não atendam aos padrões socioambientais estabelecidos no *Framework* não serão selecionados para operações verdes. Após a seleção dos projetos, estes serão encaminhados aos órgãos de administração da companhia contratante para aprovação final.

Foi realizada uma pesquisa na mídia e nos principais portais públicos de informação acerca de casos controversos envolvendo a Neoenergia EKT 9. No entanto, não foram encontradas controvérsias relevantes por esse meio.

Não foram identificados impactos em comunidades tradicionais, como comunidades quilombolas e assentamentos, visto que as comunidades identificadas durante a etapa de estudos ambientais se encontram em distâncias superiores a área de influência.

Porém, foi identificado que os projetos elegíveis interceptam Áreas de Preservação Ambiental e Reservas Legais, bem como Áreas Prioritárias para Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios para a Biodiversidade Brasileira (APCB). Em relação a essas questões, os estudos ambientais analisados apuraram estes potenciais impactos negativos, propondo ações mitigatórias.

Informações mais detalhadas sobre a pesquisa de controvérsias na mídia e os potenciais impactos do projeto estão na [Seção 3. Análise Socioambiental dos Projetos](#).

Alinhamento com os critérios setoriais da *Climate Bonds Initiative*: De acordo com o critério de 'Redes Elétricas e Armazenamento' da *Climate Bonds Initiative*³², o financiamento de infraestrutura de distribuição e linhas de transmissão de energia é elegível para a rotulagem de títulos climáticos. Para isso, a operação desses ativos deve atender a algumas exigências específicas, que foram analisadas frente às operações da Neoenergia. As conclusões desta análise, que corroboram adicionalidade ambiental dos projetos elegíveis e atendimento parcial das exigências, encontram-se a seguir.

1. Exigência de mitigação:

Caminho para a descarbonização: Como atendimento do critério de descarbonização, a CBI considera elegível ativos que pertencem a um sistema cuja média móvel do fator de emissão da rede está abaixo do valor limite de 100 gCO₂e/kWh para um período de cinco anos. Em termos práticos, o cumprimento da exigência se dá por conta da conexão ao SIN, cuja média do fator de emissões é inferior a 100 gCO₂e/kWh, considerando os últimos 5 anos, conforme apresentado na Tabela 4.

³² <https://www.climatebonds.net/standard/electrical-grids-and-storage>

Tabela 4 - Fator médio de emissões do SIN (gCO₂/kWh)

| Ano | SIN |
|---------------------|-------|
| 2019 | 75,0 |
| 2020 | 61,7 |
| 2021 | 126,4 |
| 2022 | 42,6 |
| 2023 | 38,5 |
| Média (2019 - 2023) | 68,8 |

Fonte - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação³³

Com isso, evidencia-se que os projetos da LT EKT 9 atendem às exigências de mitigação dos critérios de Transmissão e Distribuição de Energia da CBI.


2. Exigência de adaptação e resiliência: O emissor deve adotar ações para mitigar os impactos das mudanças climáticas sobre os empreendimentos, de acordo com os itens abaixo:

- i. Identificação dos limites claros e as interdependências críticas entre a infraestrutura e o sistema em que opera;
- ii. Identificação dos principais perigos físicos do clima aos quais a infraestrutura estará exposta e vulnerável ao longo de sua vida operacional;
- iii. Estabelecimento de estratégias e medidas frente aos riscos mapeados, de forma que sejam suficientes para que a infraestrutura se mantenha adequada às condições das alterações climáticas ao longo da sua vida operacional;
- iv. Estabelecimento de estratégias e medidas que aumentem a resiliência climática do sistema no qual o empreendimento opera, conforme indicado pelos limites e interdependências críticas no item (i);
- v. Monitoramento e avaliação contínuos dos riscos, medidas de resiliência e ajustes relacionados a essas medidas, conforme necessário.


A Neoenergia vem conduzindo estudos pilotos para avaliação de adaptação e resiliência de riscos climáticos em ativos. A metodologia de avaliação de riscos climáticos desenvolvida contempla a identificação dos principais riscos físicos do clima sobre os projetos, o estabelecimento de estratégias de mitigação e o monitoramento dos riscos. No entanto, vale ressaltar que os estudos pilotos realizados pela empresa são voltados para seus ativos como um todo, e não há um estudo específico sendo realizado para a EKT 9.

Além disso, não há evidências de que a gestão do risco climático da Neoenergia realize a identificação dos limites e interdependências da infraestrutura e do SIN, assim como de que a infraestrutura reforce a resiliência climática do SIN. Portanto, a exigência de adaptação e resiliência da CBI não é atendida pelo processo de avaliação dos riscos climáticos da Neoenergia.

Nível de alinhamento com as melhores práticas no GBP 2: Considerando o exposto acima, os projetos elegíveis estão alinhados com a estratégia de sustentabilidade do Grupo Neoenergia e foi demonstrado que a Companhia possui capacidade interna adequada de gestão dos impactos positivos e negativos dos projetos financiados. No entanto, foi identificado que a EKT9 intercepta áreas legalmente protegidas, ainda que

| | <p>permitido pela SEMAD, órgão responsável pelo licenciamento. Além disso, a LT não atende a exigência de adaptação e resiliência da CBI. Dessa forma, o item 'Processo de Seleção e Avaliação dos Projetos' é classificado como Satisfatório.</p> | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|--|----------------------------|-----------------------------|----------------------------|---------|--------------------|-------------------|----------------------|-------|--------------------|-------------------|-------|--------------|--------------------------|--|--------------|
| <p>Gestão de Recursos</p>  | <p>Características do empréstimo: Os recursos captados por meio das operações analisadas totalizam o valor de R\$ 2.100.000.000,00 (dois bilhões e cem milhões de reais), destinados à implantação das instalações de transmissão, localizadas nos estados de Minas Gerais e São Paulo, que fazem parte da LT EKT 9. As emissões foram concretizadas em maio de 2024.</p> <p>Serão realizadas duas emissões espelho para realizar a captação dos recursos, sendo uma delas no valor de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) e a outra no valor de R\$ 1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões de reais). Segundo a companhia, cerca de 23,8% dos recursos foram destinados para reembolso de gastos realizados a partir de abril de 2022, e 76,2 % serão usados para gastos futuros, a serem realizados até junho de 2025.</p> <p>O valor captado representa cerca de 42,52% do custo total do projeto, sendo 100% dos recursos destinados para CAPEX. O fato de o volume de recursos da operação em questão ser inferior ao custo total do projeto mitiga os riscos de que os recursos captados sejam alocados em ativos não elegíveis ao empréstimo verde.</p> <p>O projeto não foi objeto de nenhuma outra operação verde, o que elimina o risco de sobreposição de recursos rotulados no projeto, conforme detalhado na Tabela 5.</p> <p style="text-align: center;">Tabela 5 - Participação da operação no custo total do projeto</p> <table border="1" data-bbox="496 1205 1334 1346"> <thead> <tr> <th>Operações Rotuladas</th> <th>Total da Operação Verde (A)</th> <th>CAPEX total do projeto (B)</th> <th>% (A/B)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1ª debênture EKT 9</td> <td>R\$ 1.100.000.000</td> <td rowspan="2">R\$ R\$4.937.875.196</td> <td>22,27</td> </tr> <tr> <td>2ª debênture EKT 9</td> <td>R\$ 1.000.000.000</td> <td>20,25</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>R\$ 2.100.000.000</td> <td></td> <td>42,52</td> </tr> </tbody> </table> <p style="text-align: center;"><i>Fonte: NINT. Adaptado de informações fornecidas pela Neoenergia.</i></p> <p>Procedimentos para gestão dos recursos: Conforme <i>Green Finance Framework</i> divulgado pelo Grupo Neoenergia e confirmado pela Emissora, os recursos captados serão geridos pela Diretoria Financeira do Grupo Neoenergia, a fim de garantir que a alocação financeira dos recursos atenderá aos critérios ASG definidos no documento. Ademais, o fluxo dos recursos captados será monitorado continuamente ao longo da vigência do financiamento.</p> <p>As escrituras das debêntures incluem cláusulas de vencimento antecipado caso os recursos sejam destinados a atividades relativas ao projeto para as quais não existam licenças ambientais aplicáveis, válidas e vigentes, se assim exigido, na forma da Legislação Ambiental.</p> <p>O vencimento antecipado também pode ser acionado caso seja comprovada a existência de sentença condenatória transitadas em julgado em razão da prática de atos que importem em exploração</p> | Operações Rotuladas | Total da Operação Verde (A) | CAPEX total do projeto (B) | % (A/B) | 1ª debênture EKT 9 | R\$ 1.100.000.000 | R\$ R\$4.937.875.196 | 22,27 | 2ª debênture EKT 9 | R\$ 1.000.000.000 | 20,25 | Total | R\$ 2.100.000.000 | | 42,52 |
| Operações Rotuladas | Total da Operação Verde (A) | CAPEX total do projeto (B) | % (A/B) | | | | | | | | | | | | | |
| 1ª debênture EKT 9 | R\$ 1.100.000.000 | R\$ R\$4.937.875.196 | 22,27 | | | | | | | | | | | | | |
| 2ª debênture EKT 9 | R\$ 1.000.000.000 | | 20,25 | | | | | | | | | | | | | |
| Total | R\$ 2.100.000.000 | | 42,52 | | | | | | | | | | | | | |

³³ <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/cgcl/paginas/fator-medio-inventarios-corporativos>

| | |
|--|---|
| | <p>irregular, ilegal ou criminoso do trabalho infantil, prática relacionada ao trabalho em condições análogas à escravidão ou crime contra o meio ambiente.</p> <p>Recursos temporariamente não alocados: Os recursos temporariamente não alocados nos projetos poderão ser alocados em ativos de baixo risco e alta liquidez, como:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Títulos públicos federais; - Letras financeiras (LF) do Tesouro Nacional; - Certificados de Depósito Bancário (CDBs); - Compromissadas com lastro de títulos públicos e privados. <p>De acordo com o GFF da Neoenergia e a política financeira da empresa, parte dos recursos poderá ser alocada diretamente nos ativos acima listados em bancos previamente aprovados pela área de riscos, ou por meio de fundos exclusivos da Neoenergia. Ainda conforme o GFF, estes instrumentos financeiros financiam o portfólio de bancos como um todo, de modo que o risco de que a alocação em atividades carbono intensivas é mitigado.</p> <p>É importante notar que não há na escritura da emissão compromissos com a alocação temporária dos recursos exclusivamente nos instrumentos citados acima. Contudo, avaliamos que as diretrizes gerais da empresa, assim como o compromisso estabelecido no GFF, são suficientes para mitigar o risco de contaminação dos recursos.</p> <p>Adicionalmente, os critérios de elegibilidade dos projetos também garantem que os recursos não sejam destinados para ativos não elegíveis a títulos verdes.</p> <p>Nível de alinhamento com as melhores práticas no GBP 3: Com base em nossa avaliação, o processo de gestão de recursos possui alinhamento “Confortável” com os <i>Green Bond Principles</i> e boas práticas para emissão de títulos verdes. A lacuna encontrada foi: os recursos não serão mantidos em conta separada ou específica para o projeto, o que aumenta o risco de contaminação.</p> |
| <p style="text-align: center;">Relato</p>  | <p>Relato: De acordo com o <i>Green Finance Framework</i> (GFF) da Neoenergia, o Grupo assume o compromisso de informar anualmente aos investidores e outros públicos interessados acerca do <i>status</i> de alocação dos recursos em projetos verdes, assim como seus benefícios ambientais e climáticos, até a alocação total dos recursos nos projetos.</p> <p>A divulgação dessas informações acontecerá por meio do Relatório Anual de Sustentabilidade do Grupo Neoenergia, a ser disponibilizado no <i>website</i> da Neoenergia³⁴.</p> <p>Adicionalmente, o Relatório de Sustentabilidade contará com uma seção dedicada ao relato das dívidas contratadas no âmbito do GFF. No caso dos projetos de transmissão de energia, os seguintes indicadores de benefícios ambientais serão divulgados:</p> |

³⁴ <https://www.neoenergia.com/pt-br/sustentabilidade/modelo-negocio-energia-sustentavel/relatorios-sustentabilidade/Paginas/relatorios-neoenergia.aspx>

- a) Indicador de prestação de serviço de transmissão a Usuários Verdes;
- b) Status do licenciamento ambiental e atendimento das condicionantes ambientais;
- c) Regularização fundiária privilegiando acordos amigáveis em detrimento a acordos judiciais (%).

Além disso, de acordo com o GFF, o Grupo irá divulgar anualmente informações relacionados a alocação dos recursos, conforme indicado abaixo:

- d) Todas as dívidas captadas com parecer independente de segunda opinião verde que foram contratadas com base no *framework*;
- e) Características principais por dívida (montante, vencimento, contraparte e objeto);
- f) Percentual de recursos verdes alocados do financiamento (%) x valor total dos financiamentos do projeto;
- g) Estrutura de Capital do projeto e percentual de participação da Neoenergia, item não aplicável para distribuição;
- h) Descrição do Projeto selecionado (por exemplo: capacidade instalada, localização, características principais, fonte etc.);
- i) *Status* do projeto;
- j) Benefícios gerados com a implantação ou operação do projeto, a depender do status do projeto selecionado (transmissão e geração);
- k) Alocação temporária dos recursos captados via *green bonds* e *green loans* ainda não alocados nos projetos elegíveis.

O GFF do Grupo Neoenergia e o parecer independente do *Framework*, elaborado pela ERM NINT, podem ser consultados na seção de ‘Dívidas Verdes’ do site da Neoenergia³⁵.

Ademais, todas as dívidas que venham a ser contratadas com base no GFF contarão com avaliação externa por meio de um parecer independente simplificado a ser elaborado pela ERM NINT, confirmando o alinhamento da operação verde com o *Framework* da Neoenergia. A verificação anual das operações verdes lastreadas no GFF está prevista enquanto as operações estiverem ativas.

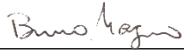
Além disso, no momento da verificação anual será realizada a verificação dos gastos em CAPEX realizados entre abril de 2022 e abril de 2024 que serão reembolsados pelos recursos captados.

Por fim, uma vez que a LT EKTT 9 intercepta áreas legalmente protegidas, ainda que permitido pelo órgão responsável pelo licenciamento mediante cumprimento de ações mitigatórias, a Neoenergia deverá apresentar à ERM NINT durante o processo de verificação anual todas as licenças válidas e relatório de atendimento a condicionantes com *status* de atualização para manter a rotulagem das debêntures como verde.

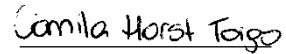
Nível de alinhamento com as melhores práticas no GBP4: Não foram identificadas lacunas sobre o relato (*Green Bond Principle 4*) em termos de periodicidade, conteúdo de divulgação de informações financeiras e de impacto e publicidade do SPO. Portanto, sua classificação é de “Liderança”.

³⁵ <http://ri.neoenergia.com/resultados-e-indicadores/documentos-dividas-verdes/>

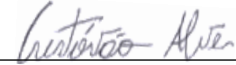
Equipe técnica responsável



Bruno Magno
Analyst
bruno.magno@erm.com



Camila Horst Toigo
Managing Consultant
camila.toigo@erm.com



Cristóvão Alves
Partner
crisovao.alves@erm.com

Rio de Janeiro, 08/05/2024

3. Análise socioambiental dos projetos

Esta seção tem como objetivo avaliar a gestão socioambiental dos projetos elegíveis, visando identificar se os planos e programas implementados e previstos são capazes de medir, prevenir, mitigar e compensar seus eventuais impactos negativos. Dessa maneira, é possível confirmar a capacidade dos projetos em contribuir para o desenvolvimento sustentável de maneira consistente e para a transição para uma economia de baixo carbono. De forma complementar, foram pesquisadas controvérsias sociais e ambientais envolvendo os projetos.

As análises a seguir foram realizadas com base nos estudos ambientais apresentados pela empresa, sendo eles os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e o Estudo de Impacto Moderado (EMI).

Além disso, a análise está dividida em três partes, que foram divididas conforme os estudos ambientais apresentados:

- Linha de transmissão 500 kV Arinos 2 - Paracatu 4 (C1 e C2); Linha de transmissão 500 kV Paracatu 4 - Nova Ponte 3 (C1 e C2); Seccionamento Itumbiara - Nova Ponte; Subestações Arinos 2 e Paracatu 4:

A LT 500 kV Arinos 2 - Paracatu 4, C1 e C2, CS terá 205,77 km no circuito C1 e 205,79 km no C2, e interceptará os municípios de Arinos, Riachinho, Dom Bosco, Bonfinópolis de Minas, Natalândia, Unaí e Paracatu. Já a LT 500 kV Paracatu 4 - Nova Ponte 3, C1 e C2, CS terá 267,87 km no circuito C1 e 267,86 km no C2, seccionando os municípios de Paracatu, Guarda-Mor, Coromandel, Abadia dos Dourados, Douradoquara, Monte Carmelo, Estrela do Sul, Romaria, Indianópolis e Nova Ponte.

Esta seção conta com um Relatório de Controle Ambiental (RCA) e Plano de Controle Ambiental (PCA) e está localizada no estado de Minas Gerais. O RCA/PCA foi elaborado em conjunto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) de Minas Gerais.

- Linha de transmissão 500 kV Nova Ponte 3 - Araraquara 2 (C1 e C2); Subestação Nova Ponte 3:

O empreendimento será instalado nos estados de Minas Gerais e São Paulo. Os circuitos C1 e C2, que interligam a subestação (SE) Nova Ponte 3 e a SE Araraquara 2, apresentam 297,19 km e 296,55 km de extensão, respectivamente, e interceptam 19 municípios, sendo 16 localizados no estado de São Paulo e três no estado de Minas Gerais. A SE Nova Ponte 3 está planejada para ser construída nas proximidades da rodovia MG-190, aproximadamente 21 km ao sul do município mineiro de Nova Ponte. A SE Araraquara 2 localiza-se a cerca de 2 km da rodovia SP-042 e a 15 km a oeste da área urbana de Araraquara e o projeto tem o objetivo de ampliar a sua estrutura.

Foi realizado um Estudo de Impacto Ambiental e um Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA).

- Linha de transmissão 440 kV Araraquara 2 - Araraquara (C3); Subestações Araraquara e Araraquara 2:

O empreendimento consiste na implantação da Linha de Transmissão (LT) 440 kV Araraquara 2 - Araraquara, C3, CS, com 11,9 km de extensão, e ampliação das Subestações existentes SE Araraquara 2 - 500/440 kV e SE Araraquara - 440/345 kV, no município de Araraquara (SP).

O objetivo do empreendimento foi reforçar a capacidade de transmissão de energia elétrica da região Norte de Minas Gerais, a partir do trecho final da interligação Nordeste-Sudeste, até os principais centros de carga da região Sudeste, representando, também, uma importante ampliação da infraestrutura regional, a qual favorecerá o desenvolvimento socioeconômico do Norte de Minas Gerais, possibilitando maior capacidade de escoamento para projetos de geração renovável.

Para esse empreendimento, foi realizado um Estudo Ambiental Simplificado (EAS).

Gestão Socioambiental



- **Licenças ambientais e autorizações:**

As linhas de transmissão que compõem o projeto EKT 9 ainda estão em fase inicial de implementação. Foram emitidas Licenças Prévias para todos os trechos da LT e os trechos Arinos 2 - Paracatu 4, Paracatu 4 - Nova Ponte 3, Araraquara 2 - Araraquara contam com a Licença Ambiental Concomitante (LAC) Nº 458, emitida pela SEMAD, que abrange as três etapas do Licenciamento (prévia, instalação e operação). As obras nesses trechos já foram iniciadas. O trecho Nova Ponte 3 - Araraquara ainda se encontra em processo de licenciamento. A ERM teve acesso a referida LAC, a fim de comprovar o *status* do licenciamento dos projetos.

Aspectos Ambientais



- **Interferência em áreas legalmente protegidas**

- Linha de transmissão 500 kV Arinos 2 - Paracatu 4 (C1 e C2); Linha de transmissão 500 kV Paracatu 4 - Nova Ponte 3 (C1 e C2); Seccionamento Itumbiara - Nova Ponte; Subestações Arinos 2 e Paracatu 4:

De acordo com o RCA, os empreendimentos possuem em sua Área Diretamente Afetada um total de 366,97 ha de Áreas de Preservação Ambiental, além de 708,33 ha de Reserva Legal, porém, é válido ressaltar que foram realizados estudos de outras possibilidades de traçado de linha e optou-se pelo traçado que atingisse apenas 25,98 ha de APP. Cerca de 141,91 ha estão passíveis a supressão vegetal. A ERM não teve acesso as autorizações de supressão vegetal.

Além das unidades de conservação, existem as Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade que foram definidas pelo Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira - PROBIO, componente executivo do PRONABIO - Programa Nacional de Biodiversidade.

Com o intuito de mitigar o impacto nessas áreas, foi proposto no RCA que haja a elaboração do Programa de Monitoramento e Controle da Supressão, Programa de Resgate

de Flora, Programa de Resgate, Afugentamento e Proteção da Fauna, que tem como intuito proteger a biodiversidade dessas áreas de preservação.

- Linha de transmissão 500 kV Nova Ponte 3 - Araraquara 2 (C1 e C2); Subestação Nova Ponte 3:

A implantação de linhas de transmissão exige a conversão de vegetação, sendo o impacto potencialmente maior quanto maior for a extensão das linhas. Vale ressaltar que, devido às características dos projetos e sua classificação como de utilidade pública, a conversão da vegetação é permitida em Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reserva Legal, conforme Resolução CONAMA nº 369³⁶, de 28 de março de 2006, desde que a empresa obtenha a devida autorização.

De acordo com o RIMA do projeto, o empreendimento não intercepta nenhuma unidade de conservação diretamente, porém existem UCs à menos de 5 km de distância do traçado. Na tabela abaixo são apresentadas as unidades de conservação mais próximas.

Tabela 6 - UCs próximas do empreendimento

| Unidade de Conservação | Localização | Distância da LT (km) |
|--|--|----------------------|
| Área de Proteção Ambiental Bacia Hidrográfica do Rio Uberaba | Uberaba (MG) | 3,43 |
| Reserva Biológica de Sertãozinho | Barrinha e Sertãozinho (SP) | 3,80 |
| Reserva Particular do Patrimônio Natural Limeira | Uberaba (MG) | 13,16 |
| Reserva Particular do Patrimônio Natural Capoeira do Boi | Uberaba (MG) | 16,18 |
| Reserva Particular do Patrimônio Natural Toca da Paca | Guataparã e Motuca (SP) | 19,20 |
| Parque Natural Municipal Basalto | Araraquara (SP) | 20,50 |
| Reserva Particular do Patrimônio Natural Trilhas do Cerrado | Monte Alto (SP) | 28,05 |
| Área de Proteção Ambiental Ibitinga | Boa Esperança do Sul, Borborema, Ibitinga, Itaju, Itápolis, Nova Europa e Tabatinga (SP) | 2.894 |
| Parque Estadual Furnas do Bom Jesus | Pedregulho (SP) | 29,96 |
| Estação Ecológica Ribeirão Preto | Ribeirão Preto (SP) | 32,89 |
| Floresta Estadual de Bebedouro | Bebedouro (SP) | 33,80 |
| Área de Proteção Ambiental Morro de São Bento | Ribeirão Preto (SP) | 35,70 |

Fonte: ERM NINT; Adaptado de informações fornecidas pela Neoenergia

Para mitigar possíveis impactos, o empreendimento contará com Plano de Compensação Ambiental e um Programa de Gestão Ambiental.

³⁶<https://www.ibama.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&legislacao=112415#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20os%20casos%20excepcionais,%C3%A1rea%20de%20preserva%C3%A7%C3%A3o%20permanente%20D%20appn.&text=Publica%C3%A7%C3%B5es%3A,04%2F2006%20000235%201%20RETIFICA%C3%87%C3%830>

- Linha de transmissão 440 kV Araraquara 2 - Araraquara (C3); Subestações Araraquara e Araraquara 2:

Tanto a instalação da LT quanto a ampliação das SEs encontram-se em área do Bioma Cerrado. Na Área Diretamente Afetada (ADA), caracteriza-se pela predominância de vegetação exótica, ou seja, áreas cobertas por cultivos e pastagens. Os fragmentos de vegetação nativa compreendidos na ADA do empreendimento, restritos à faixa ciliar de pequenas cursos hídricos e áreas de Reserva Legal, não sofrerão interferência, uma vez que a alocação do empreendimento foi estabelecida em áreas já completamente antropizadas, desprovidas de vegetação.

Com base nisso, ressalta-se que não estão previstos impactos em Áreas de Preservação Permanente (APP) ou Unidades de Conservação (UCs).

- **Interferência na biodiversidade**

- Linha de transmissão 500 kV Arinos 2 - Paracatu 4 (C1 e C2); Linha de transmissão 500 kV Paracatu 4 - Nova Ponte 3 (C1 e C2); Seccionamento Itumbiara - Nova Ponte; Subestações Arinos 2 e Paracatu 4:

De acordo com o RCA, os padrões de distribuição geográfica de espécies endêmicas podem ser empregados na identificação de áreas prioritárias para conservação. A presença dessas áreas e espécies é importante para auxiliar no desenvolvimento de estratégias de manutenção de biodiversidade. Ao todo foram registradas 15 espécies endêmicas, sendo sete do Cerrado e oito que só ocorrem em território brasileiro. Ademais, para fins de conservação da biodiversidade, serão realizadas operações de resgate de flora, através da coleta de sementes e organismos inteiros vivos.

Com o intuito de mitigar o impacto nessas áreas, serão criados o Programa de Resgate de Flora e o Programa de Resgate, Afugentamento e Proteção da Fauna, que tem como intuito proteger a biodiversidade nas áreas de interferência do empreendimento.

- Linha de transmissão 500 kV Nova Ponte 3 - Araraquara 2 (C1 e C2); Subestação Nova Ponte 3:

De acordo com o RIMA do empreendimento, haverá impacto na fauna local durante a implantação da LT. Durante o processo de implantação, as populações podem ser afetadas devido à perda e/ou alteração do habitat, porém o documento reforça que esta perda será mínima. Além disso, pode haver aumento das chances de atropelamento, em função da presença de uma quantidade atípica de veículos no local. Durante a fase de operação, foi destacado que algumas aves podem colidir com as torres e fiações elétricas. Além disso, o traçado da LT coincide com alguns trechos de áreas de concentração de aves migratórias localizadas nos estados de Minas Gerais e São Paulo, o que aumenta a necessidade de acompanhamento desses grupos de aves através de um programa de monitoramento.

No quesito flora, o empreendimento se encontra no bioma Cerrado e intercepta áreas de vegetação endêmica. Para o estudo, as espécies observadas foram classificadas de

acordo com as leis que as protegem e com leis e listagem oficiais de espécies ameaçadas de extinção, chegando à conclusão de, aproximadamente, 100 espécies em algum nível de risco de extinção.

Com o intuito de monitorar e mitigar os possíveis impactos, serão desenvolvidos os seguintes programas: Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD), Programa de Supressão da Vegetação, Programa de Resgate de Flora, Programa de Reposição Florestal, Programa de Afugentamento, Resgate e Proteção da Fauna e o Programa de Monitoramento da Interação da Avifauna com a LT.

- Linha de transmissão 440 kV Araraquara 2 - Araraquara (C3); Subestações Araraquara e Araraquara 2:

De acordo com o banco de dados disponibilizado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA), a Unidade de Conservação mais próxima, a Área de Proteção Ambiental (APA) Ibitinga, está a cerca de 31 km de distância da ADA.

Quanto às Áreas Prioritárias para Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios para a Biodiversidade Brasileira (APCB), observou-se que parte do empreendimento intercepta em 0,098 ha a APCB 292 - Rio Jacaré Pepira, cuja importância e prioridade estabelecidas são Muito Alta e Extremamente Alta, respectivamente, e a ação prioritária é a de recuperação.

Entretanto, o EAS ressalta que estas áreas não são definidas como áreas protegidas, segundo a legislação brasileira. Ainda, não será necessária a realização de supressão vegetal tanto para a ampliação das subestações, quanto para o traçado da linha de transmissão. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (2020), essas áreas são um instrumento de política pública que auxilia em tomadas de decisões para o planejamento e implementação de medidas de conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos naturais.

Ademais, o estudo prevê a implementação de um Programa Ambiental de Construção (PAC), com o objetivo de estabelecer as diretrizes e os procedimentos ambientalmente corretos para a adequação das ações construtivas aos requisitos legais. Dentre as medidas previstas pelo PAC estão a implantação de rotinas para inspeção de maquinários e veículos leves e pesados, no intuito de evitar o vazamento de combustíveis e de substâncias oleosas, e o gerenciamento de resíduos sólidos e da construção civil, desde a geração até a destinação final. O programa será implementado em todo o local de trabalho e nas áreas em seu entorno e será executado durante todo o período de obras.

Aspectos Sociais

●●●○ Confortável

- **Impacto em comunidades tradicionais e assentamentos:**

- Linha de transmissão 500 kV Arinos 2 - Paracatu 4 (C1 e C2); Linha de transmissão 500 kV Paracatu 4 - Nova Ponte 3 (C1 e C2); Seccionamento Itumbiara - Nova Ponte; Subestações Arinos 2 e Paracatu 4:

Não há presença de terras indígenas na Área de Estudo Regional (AER), porém existem comunidades quilombolas. De acordo com o RCA, foi apurada a existência de três Comunidades Remanescentes de Quilombola (CRQ) nos municípios atravessados, concentradas em Paracatu/MG: Comunidade do Machadinho; Comunidade São Sebastião; e Comunidade Amaros. Além dessas, encontram-se em processo de análise pela Fundação Cultural Palmares (FCP), três outras comunidades quilombolas no município de Unaí: Camisa, Cantinho e Folguedo; além da Padre Lázaro; e Atalho.

Ainda, em Arinos, foi apurada a existência de uma CRQ denominada Morrinhos, localizada em povoação rural de mesmo nome. Tal comunidade consta de uma lista de comunidades quilombolas reconhecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, mas não foram identificadas informações mais precisas sobre esta comunidade e, principalmente, sua localização.

Ademais, dadas as distâncias das comunidades identificadas, que variam de 10 km a cerca de 30 km, não são esperadas interferências dos empreendimentos em seus modos de vida. Ainda, conforme estabelece a Portaria Interministerial nº 60, de 24 de março de 2015, não há obrigatoriedade de elaboração de estudos do componente quilombola para comunidades localizadas a mais de 5 km de distância de empreendimentos de linhas de transmissão, como é o caso destas comunidades.

- Linha de transmissão 500 kV Nova Ponte 3 - Araraquara 2 (C1 e C2); Subestação Nova Ponte 3:

De acordo com o RIMA, o levantamento realizado para a LT e a SE identificou que não existem comunidades quilombolas tradicionais ou indígenas na região do empreendimento. As mais próximas distam mais de 100km do empreendimento.

- Linha de transmissão 440 kV Araraquara 2 - Araraquara (C3); Subestações Araraquara e Araraquara 2:

De acordo com o EAS, o empreendimento não resultará em impactos sobre comunidades tradicionais ou terras indígenas.

• Impacto em sítios arqueológicos e paleontológicos

- Linha de transmissão 500 kV Arinos 2 - Paracatu 4 (C1 e C2); Linha de transmissão 500 kV Paracatu 4 - Nova Ponte 3 (C1 e C2); Seccionamento Itumbiara - Nova Ponte; Subestações Arinos 2 e Paracatu 4:

Conforme levantamento no Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão - SICG e Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos - CNSA do IPHAN, dos 16 municípios interceptados pelo empreendimento que compõem a área de estudo, nove deles possuem sítios arqueológicos registrados. Do total de 87 sítios existentes nestes municípios, destaca-se Unaí, que concentra 54 dos sítios arqueológicos registrados, dentre áreas de ocupação histórica e pré-colonial com vestígios líticos, cerâmicos e rupestres.

Ademais, dos municípios que compõem a Área de Influência Indireta do empreendimento, apenas o município de Paracatu (MG) possui bens tombados pelo IPHAN, sendo dois bens edificadas, a Igreja Matriz de Santo Antônio, de 1730, e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, de 1744. Além disso, há também o Centro Histórico de Paracatu, que foi tombado pelo IPHAN em 2012, onde se preserva uma área com 230 imóveis

compondo o patrimônio protegido. A estrutura histórica está associada à exploração do ouro na região. É válido destacar que, embora estejam na área de influência do empreendimento, estes não serão impactados pela construção.

Também não há, nos municípios interceptados, previsão de impacto a quaisquer bens imateriais registrados a nível federal ou bem cultural.

Para mitigar os impactos nos sítios arqueológicos, o IPHAN verificará se há necessidade da implementação do Programas de Gestão do Patrimônio Arqueológico e do Programa Integrado de Educação Patrimonial.

- Linha de transmissão 500 kV Nova Ponte 3 - Araraquara 2 (C1 e C2); Subestação Nova Ponte 3:

Não há previsão de impactos diretos ou indiretos sobre o patrimônio histórico, cultural e paisagístico tombados ou registrados nos municípios interceptados pela LT e pela SE. Destaca-se a presença de edificação tombada pelo IPHAN apenas no município de Uberaba, estado de Minas Gerais. Também não constam registrados sítios arqueológicos na ADA e AID sujeitos a impactos.

Com o intuito de gerenciar possíveis impactos, será elaborado o Programa De Conservação Do Patrimônio Paleontológico.

- Linha de transmissão 440 kV Araraquara 2 - Araraquara (C3); Subestações Araraquara e Araraquara 2:

Devido ao fato de a área apresentar avançado estado de antropização, não serão registrados impactos sobre sítios arqueológicos, bens tombados, valorados ou registrado.

Controvérsias

A pesquisa de controvérsias foi realizada por meio de pesquisa em portais de notícias, órgãos de fiscalização ambiental e outros portais governamentais. Não foram identificadas controvérsias ou infrações envolvendo a linha de transmissão EKTT 9. A Companhia não consta no Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo, não possui débitos decorrentes de autuações trabalhistas, e não foi embargada pelo Ibama no último ano.

4. Método

A análise da ERM NINT é baseada em uma metodologia proprietária, fundamentada em *standards* reconhecidos internacionalmente. A elaboração do parecer simplificado é composta de duas etapas:

- 1) Avaliação da Emissão - avaliar se a aplicação dos recursos possui potencial de impacto ambiental positivo, condizente com a condição de Título Sustentável. Para isso, comparamos a emissão aos quatro componentes dos *Green Bond Principles (GBP)* e *Social Bond Principles (SBP)*.
 - Uso dos Recursos (*Use of Proceeds*): propósito da emissão e alinhamento desse com as categorias dos *Green Bond Principles*, *Social Bond Principles*, *Climate Bonds Taxonomy* e *European Union Taxonomy*;
 - Processo de Seleção e Avaliação de Projetos (*Process for Project Evaluation and Selection*): procedimentos utilizados na escolha dos ativos e projetos investidos, alinhamento desses com a estratégia da empresa e garantia de benefícios socioambientais associados;
 - Gestão dos Recursos (*Management of Proceeds*): procedimento para gestão financeira dos recursos captados, para garantir a destinação para atividades elegíveis como verdes ou sociais;
 - Relato (*Reporting*): Divulgação de informações sobre controle e alocação de recursos, bem como dos impactos positivos esperados das operações financeiras com os recursos.
- 2) Atualização da pesquisa de controvérsias³⁷.
 - Controvérsias que a empresa está envolvida.

Legendas

Tabela 7 - Níveis de Asseguração

| Níveis de asseguração | |
|-----------------------|---|
| Razoável | Uma avaliação na qual o risco de asseguração é aceitavelmente baixo dentro das circunstâncias do engajamento realizado. A conclusão é expressa de uma forma que transmite a opinião do profissional sobre o resultado da avaliação em relação aos critérios observados. |
| Limitado | Uma avaliação na qual o risco de asseguração do engajamento realizado é maior do que para um nível de asseguração razoável, porém ainda assim capaz de embasar os principais argumentos utilizados na análise. |

³⁷O conceito de controvérsia é baseado na publicação “CONTROVÉRSIAS ASG 2017” (<https://www.sitawi.net/publicacoes/controversias-asg-2017/>). que define controvérsias como fatos divulgados em veículos de mídia, manifestações de outros grupos de interesse, como grupos de trabalhadores e movimentos sociais, bem como decisões de órgãos fiscalizadores e reguladores.

Controvérsias

Tabela 8 - Níveis de Severidade relacionados às controvérsias

| Níveis de Severidade | |
|----------------------|--|
| Baixo | Descumpre a lei e/ou afeta negativamente os <i>stakeholders</i> , mas não causa danos ou causa danos mínimos que não necessitam de remediação. |
| Médio | Descumpre a lei e/ou afeta negativamente os <i>stakeholders</i> , mas a remediação dos impactos causados é simples e com custo pouco significativo para a empresa. |
| Alto | Descumpre a lei e/ou afeta negativamente os <i>stakeholders</i> , sendo o nível de dificuldade e custo de remediação medianos. |

Fonte: ERM NINT

Tabela 9 - Níveis de Responsividade relacionados às controvérsias

| Níveis de Responsividade | |
|--------------------------|---|
| Proativa | Além da empresa agir de maneira remediativa diante de uma controvérsia, ela adota medidas que vão além da sua obrigação e realiza procedimentos sistemáticos para evitar que o problema ocorrido se repita. |
| Remediativa | A empresa realiza as ações necessárias para correção dos danos e se comunica adequadamente com os <i>stakeholders</i> impactados. |
| Defensiva | A empresa realiza ações insuficientes para correção dos danos ou emite comunicado sem realização de ações corretivas. |
| Não-responsiva | Não há qualquer ação ou comunicação da empresa em relação à controvérsia. |

Fonte: ERM NINT



Rio de Janeiro | São Paulo | Bogotá | Quito

www.nintgroup.com